

# Boletim Gaúcho de Geografia

<http://seer.ufrgs.br/bgg>

---

## O LIVRO DIDÁTICO E O DESEMPENHO PEDAGÓGICO: ANOTAÇÕES DE APOIO À ESCOLHA DO LIVRO TEXTO

*Neiva Otero Schäffer*  
*Boletim Gaúcho de Geografia, 16: 03-16, out., 1988.*

Versão online disponível em:  
<http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/37977/24472>

---

Publicado por

## Associação dos Geógrafos Brasileiros

---



## Portal de Periódicos UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL  
DO RIO GRANDE DO SUL

---

### Informações Adicionais

**Email:** [portoalegre@agb.org.br](mailto:portoalegre@agb.org.br)

**Políticas:** <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/editorialPolicies#openAccessPolicy>

**Submissão:** <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#onlineSubmissions>

**Diretrizes:** <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#authorGuidelines>

---

Data de publicação - out., 1988

Associação Brasileira de Geógrafos, Seção Porto Alegre, Porto Alegre, RS, Brasil

**O LIVRO DIDÁTICO E O DESEMPENHO PEDAGÓGICO:**  
anotações de apoio à escolha do livro texto.

Neiva Otero Schäffer\*

Ainda que praticamente inexistam estudos sobre a forma de uso e os efeitos do livro didático em sala de aula, seu papel no processo de ensino e aprendizagem tem sido, no Brasil e até o momento, indiscutível. Não raro o adulto lembra mais facilmente o nome do autor do livro didático de uma dada disciplina do que o nome do professor que o indicou. Por outro lado, a velocidade de produção de novos títulos didáticos pelo mercado editorial indica que continua sendo este o grande recurso instrucional nas salas de aula do país.

Sobre o professor tem recaído a responsabilidade de selecionar o livro a ser adquirido e que terá a função de auxiliar o desempenho pedagógico (entendido como relação professor/ensino/currículo) em Geografia. Assim, o livro didático não é, em si, responsável por um bom ou medíocre desempenho. Como instrumento ele serve a um fim, às intenções do plano de trabalho elaborado. Por esta razão importa, sobretudo, que o professor tenha clareza quanto a seus objetivos antes de fazer a escolha do título. Mas é necessário, também, que ele disponha de informações sobre o livro didático num contexto amplo, de forma a apoiar uma análise crítica que permita uma adequada comparação e seleção do material a ser utilizado em aula.

O presente texto, que deseja-se sirva como auxílio a es-

---

\* Professora do Departamento de Geografia da UFRGS.

ta tarefa, traz, na primeira parte, algumas idéias discutidas por especialistas da área de Educação em publicações sobre o livro didático. Tais obras nem sempre são facilmente disponíveis, visto que estão em bibliotecas ou setores especializados das livrarias que, de modo geral, não são procurados por professores de Geografia, seja por desconhecimento, por impossibilidade de acesso ou por falta de tempo.

Na segunda parte foram apontadas conclusões selecionadas em artigos elaborados por profissionais de Geografia e facilmente disponíveis no Estado. Portanto, em relação a eles, não justifica-se um registro mais demorado.

## I O livro didático numa visão ampla.

### 1. Do uso do livro didático.

Segundo Oliveira (1984) o livro didático surge desde o século XVII como material impresso destinado ao processo de aprendizagem ou formação, mas o volume de obras aumenta a partir de meados do século XIX. Este fato estaria vinculado ao maior número de conhecimentos, à divisão e sistematização das ciências, à crescente discussão sobre técnicas de ensino e teorias de aprendizagem, mas sobretudo à necessidade que se impunha à expansão capitalista de preparo dos recursos humanos através de treinamento técnico, militar e industrial. Difunde-se no mundo ocidental a utilização de livros complementares aos textos bíblicos (até então a Bíblia era a obra mais vendida para ensino e também a mais barata) entre os alunos de classes abastadas. A prática dos exames públicos, em especial a partir do início do século XX, condicionou o uso do livro didático entre toda a população estudantil, nivelando o ensino.

Neste sentido, o livro didático tem sido visto em todos os países como o instrumento fundamental de homogeneização, capaz de, conforme Oliveira (1984) "dar uma base comum, um conjunto de informações que confira uma 'unidade' à 'classe' de alunos." Foi extensão, ao homogeneizar sucessivas classes etárias (classes de aluno têm, normalmente, idades similares) homogeneiza a sociedade.

Na mesma linha de raciocínio Eco (1980) afirmava que "a banalização e unidimensionalização dos temas nos livros didáticos decorrem da necessidade do mundo capitalista de padronizar tudo e submeter todos à lógica e ao ritmo de sua produção." Nesta perspectiva o livro didático passa a ser uma peça da engrenagem de produção e reprodução do sistema.

No Brasil até o século XIX os livros vêm de Portugal. A escassez de material faz com que pais e professores usem cartas (cartinhas - cartilhas) como material de leitura. Para Capistrano de Abreu, citado por Oliveira (1984), este hábito seria responsável, em parte, pela carência deste tipo de documento histórico. Após 1808, com a vinda da família real e a proliferação de escolas, há impulso à produção de literatura didática, mas predomina a importação de material estrangeiro, sobretudo francês, pela inexistência e/ou precariedade da indústria nacional e pelo alto custo dos livros aqui produzidos.

A década de 20, e o movimento modernista e nacionalista que ela representou, tem papel decisivo no surgimento de uma política sobre o livro didático no país, que vai se concretizar no Estado Novo. Guy de Holanda, citado por Freitag (1987) defende a tese de que o livro didático no Brasil é "uma consequência direta da Revolução de 30, quando se desenvolve no país uma política educacional progressista com pretensões democráticas, com aspiração de um embasamento científico." Para tanto concorreram como fatores o discurso nacionalista e modernista, a queda da moeda e o consequente encarecimento do livro importado.

Em 1937 é criado o INL - Instituto Nacional do Livro - órgão subordinado ao Ministério de Educação. Em 1938, o decreto lei 1006 define o livro didático como "compêndios que exponham total ou parcialmente a matéria das disciplinas constantes dos programas escolares" e cria a CNDE - Comissão Nacional do Livro Didático - para examinar e julgar os livros didáticos, indicar obras de valor para tradução, etc. Implanta-se oficialmente o controle político-ideológico, coerente com o pensamento expresso por Capanema, Ministro da Educação durante o Estado Novo, para quem "a Educação não é neutra, mas precisa ser conduzida pelas diretrizes do sistema que representa as bases da nação. Por isso a Educação

deve estar sob a proteção, o controle e a defesa do Estado." Esta mesma visão vigora para o período mais recente.

O livro didático foi o grande veiculador do ideário Estado-novista (segurança nacional/brasilidade/ordem da Nação). Nos núcleos estrangeiros, com escolas próprias e usando livros estrangeiros ou produzidos no país, mas não em português, a obrigatoriedade do uso do livro didático nacional desde 40 foi um mecanismo de desarticulação dos "quistos raciais" e de integração destas comunidades.

A CNLD manteve-se orientando a política do livro didático. As críticas dirigidas por parlamentares desde a década de 50 centravam-se na questão do preço do livro didático e, para Oliveira, a inexistência de continuidade e de propostas conseqüentes para estas críticas indicam o descompromisso "com a defesa de um projeto politicamente significativo."

A partir de 1964 o programa MEC-USAID (64-69) de fortes reflexos sobre a educação nacional e constituído de uma série de acordos, resultou na criação da COLTED (Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático) e gerou denúncias de controle americano sobre o mercado livreiro e de controle ideológico sobre o processo educacional. A COLTED foi extinta em 71, sendo criado o PLID (Programa do Livro Didático) sob responsabilidade do INL até 1976, quando passa à FENAME. A esta fundação compete definir as diretrizes de produção, distribuição editorial, e outras pertinentes ao livro didático.

Em 1980 explicita-se uma política governamental dirigida ao aluno carente através de diferentes programas (PLIDEF/PLIDEM/PLIDESU, respectivamente Programa do Livro Didático do Ensino Fundamental, Ensino Médio e Ensino Supletivo), que passa a partir da criação da FAE (1983) à sua coordenação. Desde 1985 vem sendo praticada a descentralização administrativa do PLID, com indicação pelos professores do livro didático a ser adquirido pelo Estado.

## 2. Da política e ideologia.

Freitag (1987) em análise sobre a política do livro di-

dático no Brasil nos últimos 20 anos parte de duas premissas: a) a política sobre o livro didático é a mesma do período anterior, isto é, tem cunho estatal e b) a política do livro didático está no contexto da política educacional e global. Para esta autora, ao longo da história do livro didático no país não se identificam instituições (igreja, sindicatos, editoras) envolvidas nesta discussão. Apenas o Estado tem tratado de definir o material a ser utilizado no processo ensino-aprendizagem. Técnicos e burocratas do Estado, nem sempre qualificados e sempre não legitimados, têm estabelecido normas e diretrizes para a produção e distribuição dos livros didáticos.

As análises sobre a política do livro didático têm tido como fontes de consulta a produção do Estado (leis, decretos, pareceres) e a produção crítica sobre livros didáticos elaborada por professores, políticos e intelectuais. A pauta de discussão, segundo Freitag, tem girado sobre 3 questões principais: centralização/descentralização das políticas de livro didático; apoio à produção em quantidade ou em termos de qualidade; fornecimento gratuito a todo o alunado ou apenas aos alunos carentes.

A questão da qualidade comporta uma dificuldade técnica e teórica de definição e, conseqüentemente, de elaboração de critérios de avaliação.

Na crítica à ampla distribuição de livro didático aos alunos carentes o ponto mais constante tem sido o caráter assistencialista do Estado que esconde o descompromisso oficial para com a Educação. Ainda segundo Freitag (1987) desde 1964 a legislação educacional se mantém praticamente a mesma, dependente do CFE e dos Conselhos Estaduais. Dos pareceres emitidos por estes Conselhos são elaborados nas Secretarias Estaduais de Educação os guias curriculares, que têm servido a autores e editoras como suporte à produção de livros didáticos. Até 85 estas obras eram submetidas a comissões específicas (CNLD ou a COLTED). Hoje os livros que serão doados (e o Estado é o grande comprador de livros didáticos) devem fazer parte das listas fornecidas pela Diretoria do Livro Didático da FAE. Aparentemente o custo tem sido importante critério seletivo.

Com a descentralização administrativa do PLID, adotan-

do-se uma prática que já estava em uso em alguns estados (SP, MG, RJ, RS) através da qual o professor indicava o livro a ser adquirido, vem sendo promovida a produção de livros não consumíveis. O livro descartável, de amplo uso na década de 70 e na primeira metade desta, tem sido visto como associado ao despreparo do professor para gerenciar sua aula: lidar com os alunos, controlar a disciplina, preparar o conteúdo e corrigir as tarefas. Para Oliveira, o livro, nestas condições, toma conta do espaço pedagógico devido às limitações dos professores e representa para as editoras venda garantida. Metade dos títulos vendidos no país são de livros didáticos. Eles representam uma grande circulação de dinheiro com produção em grande escala. Dos livros didáticos distribuídos pelo Estado em 86 mais de 90% foram produzidos por cerca de 10 editoras que têm no livro didático como mercadoria sua sustentação econômica.

Pesquisas realizadas indicam que, se o Estado é o grande comprador de livro didático, é ao professor e ao aluno que cabe seu uso. No entanto, se são confiáveis as análises realizadas, nem sempre é o professor que escolhe o livro didático e, quando o faz, não assenta sua opção numa análise criteriosa. Há, porém, um nível elevado de satisfação com o livro em uso. Isto decorre da semelhança entre os conteúdos programáticos do plano de aula e do livro didático, que se faz ou porque o professor elabora seu plano a partir do livro didático ou pelo programa-sugestão do guia curricular, no qual também se baseou o autor. Raramente o professor compara várias obras antes de fazer sua indicação e mais raramente ainda estabelece uma intenção de uso para a obra que será utilizada. Poucos são os que participam de discussões sobre o assunto ou que se dispõem a uma reflexão, buscando uma melhora de qualidade no seu desempenho. Esta é uma das razões pela qual as editoras tem conseguido boa penetração entre os professores ao encaminharem os títulos que dispõem para comércio.

Por outro lado, segundo Oliveira, mesmo que o professor atente para a defasagem entre o conteúdo do livro que usa e a realidade objetiva que vivencia, ele não consegue articular a situação, retrabalhando o material que utiliza, seja por despreparo real, seja por comodismo. Desta forma o livro didático assume o

comando da aula. É a palavra definitiva. De auxiliar do processo passa a ser o modelo e se seu conteúdo ideológico é tão significativo ele se deve mais a desinformação do professor que ao mérito do texto.

Ainda segundo estas pesquisas o professor brasileiro não lê ou lê muito pouco. Portanto não haverá melhoria nos livros didáticos sem que haja investimento na qualificação e valorização do professor. Freitag afirma que "o ponto nevrálgico do livro didático na escola é, portanto, o professor."

Do ponto de vista do aluno um dado relevante, de acordo com Oliveira, é que "o livro didático é muitas vezes o único livro que a criança recebe, o primeiro e o último que lhe cai nas mãos." Pode funcionar como estímulo ao seguimento na leitura ou como barreira para novos contatos.

A atual discussão sobre livro didático que vem sendo feita no Brasil, segue uma tendência que já se verifica há mais tempo em outros países.

Um importante gerador de estudos e pesquisas nesta linha foi o livro de Umberto Eco e Mariza Bonazzi "Mentiras que parecem verdades", publicado no Brasil em 1980, no qual os autores alertam para o fato de que o contato com o livro didático se dá no limiar da vida cultural, configurando-se como primeira experiência com a leitura e com os livros. Há aí uma relação de confiança, sendo fácil inculcar no leitor infantil, através de sua ingenuidade e do despreparo do professor, mentiras que parecem verdades.

Trabalhando com livros didáticos de leitura usados nas escolas italianas Eco e Bonazzi analisam diversos textos que abordam o trabalho, a Pátria, família, pobres, heróis, etc., e apontam como características destas obras italianas o fato de

- prepararem o aluno para uma realidade inexistente;
- desenvolverem no aluno a aceitação da escravidão, do abuso, do sofrimento e da injustiça como naturais;
- reproduzirem textos com temática anterior ao mundo moderno, sendo sua crítica pertinente a qualquer tendência teórica sobre ensino e Educação;
- representarem uma sociedade autocrática e repressiva, encaminhando o aluno ao silêncio e à acriticidade;

- corresponderem a um universo paleocapitalista que, frente às novas técnicas de persuasão, como a televisão, tornam o livro didático risível.

Meserani (1980) apresentando a edição brasileira da obra de Eco e Bonazzi, coloca o livro didático como "dose pesada" para quem não se submete à ordem, ao conteúdo, para quem "prefere a discussão à lição". Aponta para as ilusões criadas também nos livros didáticos nacionais (pátria grande/povo nobre / brasileiro como amálgama feliz de 3 povos/ existência sem conflito / trabalho dignificante) e para a necessidade de que se efetuem no Brasil estudos críticos, de forma constante, sobre os livros didáticos em uso, transformando o atual quadro no qual estas obras aparecem reproduzindo o modelo e o discurso conservador fazendo circular os mesmos mitos.

Tais colocações se prestam para o livro didático brasileiro ao longo de sua história, e são reforçadas pelas medidas iniciadas em 1967, dando cumprimento aos acordos MEC/USAID e que, segundo Freitag (1987) visavam a substituir o modelo francês, tido como improdutivo e excessivamente politizante, pelo modelo anglo-saxônico, tido como mais eficaz, capaz de maior participação no desenvolvimento técnico e econômico do país, e de silenciamento das vozes críticas e das lideranças politizadas / politizadoras no âmbito da Educação. Este modelo comportaria a despolitização do sistema educacional e um maior controle ideológico e político dos materiais de ensino, de modo especial do livro didático.

Em relação ao livro didático em uso no país Lajolo (1987) afirma que contém graves incorreções quanto aos conteúdos que veicula; reforça ideologias conservadoras; subestima a inteligência do leitor; aliena o professor de sua tarefa docente e pirateia textos sem propagar direitos autorais. No entretanto expressa o significado deste livro ao iniciar seu artigo com canção popular (Patativa do Assaré) onde, em uma das estrofes, lê-se:

"Foi os livro de valô  
Mais maiô que vi no mundo  
Apenas daquele autô  
Li o premero e o segundo

Mas, porém, esta leitura,  
Me tirô da treva escura,  
Mostrando o caminho certo,  
Bastante me protegeu."

Considerando uma série de fatos, entre os quais o de que a maioria das crianças provêm de lares adultos que foram alfabetizados, mas que tem pouco ou nenhum contato com leituras posteriores, não entendendo efetivamente o que lêem, mesmo jornais, alguns autores, entre eles Freitag (1987) ao analisar as críticas apresentadas aos livros didáticos posiciona-se pela procura, nos textos didáticos, de uma cultura universal, de uma linguagem culta, dos padrões estéticos da grande literatura. Assim segue, de certo modo, a posição de Oliveira, ao afirmar que o livro didático permite a passagem da cultura oral à escrita e o contato com a língua oficial.

### 3. Para a escolha do livro didático

Na tentativa de colaborar na seleção do livro didático a ser utilizado em sala de aula têm sido levantados diversos itens que servem como roteiro para uma análise comparativa.

O ponto fundamental é que o livro didático deve atender aos objetivos estabelecidos pelo professor em seu plano de trabalho e, conseqüentemente, às características do grupo de alunos (idade, turno, tec.).

Os demais pontos podem ser reunidos em 2 grandes blocos: as características do livro enquanto mercadoria e as características enquanto material pedagógico, mesmo que em alguns momentos a dissociação seja artificial, servindo mais a um esquema de exposição.

Ao escolher a mercadoria livro o professor deve atentar para a apresentação e o preço. Uma avaliação da apresentação deve incluir a análise da qualidade do papel usado e da encadernação, da letra (legibilidade, tamanho, forma, côr), comprimento de linha, diagramação (distribuição dos espaços abertos dos textos e ilustrações), das cores usadas e da inteligibilidade (precisão de

linguagem, clareza, correção).

Na seleção do livro didático como recurso pedagógico a análise deve ser mais cuidadosa, verificando-se 1 - a orientação dada aos conteúdos, 2 - a correção e atualidade das informações, 3 - a distribuição das unidades, 4 - o tratamento dos conceitos desenvolvidos, 5 - a adequação e correção dos exemplos e ilustrações (mapas gráficos, desenhos, tabelas, fotos, etc.) e dos exercícios.

Castrogiovanni e Goulart (1987) entendem que um caminho é pensar qualquer livro como potencialmente didático, cabendo ao professor escolher e orientar seu uso em sala de aula.

## II - O livro didático de Geografia

Quanto à produção de material relativo ao livro didático de Geografia presencia-se um crescente número de artigos em revistas especializadas, sobretudo após o V ENG (Porto Alegre - julho de 82). A Associação dos Geógrafos Brasileiros vem tendo um papel decisivo no estímulo à esta produção e na abertura de espaços para debate da questão.

Na medida em que este material é mais facilmente obtido pelo professor de Geografia é dispensável repetir posições e argumentos trazidos pelos diversos autores. Houve, assim, a preocupação em listar nas referências bibliográficas leituras que sugerem-se como apoio a uma análise crítica do livro que adotamos ou para a escolha de um novo livro didático. Vale ressaltar que algumas considerações são encontradas de forma quase unânime entre os autores de artigos sobre o livro didático de Geografia. Estas considerações representam pontos básicos para reflexão sobre o trabalho docente, quando o mesmo é pautado por uma permanente busca de comportamentos de maior qualidade. Nestas considerações é destacado que

- a qualidade do processo de ensino e aprendizagem depende muito mais do desempenho do professor do que da qualidade do livro didático. Neste sentido impõe-se como passo fundamental à melhoria do ensino a qualificação e a valorização do professor.

Tais condições, no entanto, não se efetivam na ação individual, mas dependem do envolvimento de cada professor com as discussões e estratégias levadas a efeito na busca de novos caminhos pedagógicos para a Educação e da valorização social do magistério. Implica na ação coletiva e na participação nas lutas específicas da classe. Este envolvimento não dispensa (ao contrário, exige) que o professor cuide de seu permanente aperfeiçoamento, através de leituras e participação em grupos de estudo e discussão, ao nível da escola ou em níveis mais amplos (cursos, encontros, seminários, etc.). Através deste comportamento ele estará garantindo as condições para decidir sobre o recurso mais indicado a ser adotado em determinada situação de ensino;

o livro didático mantém-se, senão como o único, como o recurso instrucional de mais largo uso em sala de aula. Frente às atuais condições de trabalho o livro didático permanece como recurso primordial. Apesar da inexistência, até o momento, de um quadro referencial elaborado e aceito por professores de Geografia como parâmetro para indicar a qualidade/validade de um livro didático, parece consenso que não é ele quem define a qualidade do processo. O professor, de posse de um livro de poucos recursos, pode conseguir uma adequada exploração do mesmo, enquanto um bom livro didático não garante o sucesso do processo de aprendizagem;

as críticas e sugestões ao livro didático de Geografia devem ser elaboradas e encaminhadas aos setores competentes (editoras, órgãos públicos de ensino, associações de classe) pelos professores de I e II graus. A vivência que possuem qualificados mais que aos professores universitários e aos especialistas e tecnocratas para a função. Por esta razão Lajolo (1987) critica e questiona a participação "como estrelas de palco" de autores e editores em cursos, seminários e congressos para discutir critérios quanto à seleção e uso do livro didático;

deve-se exigir, no caso das obras distribuídas pelo Estado à rede escolar, uma divulgação ampla, em tempo hábil, dos títulos disponíveis para aquisição, possibilitando uma escolha criteriosa do material. E,

importa que o professor consiga efetivar uma boa relação entre o aluno e o livro didático, tentando criar um vínculo e uma disposição para a leitura que permita ao aluno a autonomia na busca de informações.

Nestes últimos anos nos quais é sensível um esforço acadêmico quanto à análise de livros didáticos, os mais estudados quanto a abordagem dos conteúdos têm sido os de Geografia, História e Estudos Sociais. Os autores destes trabalhos têm somado vozes ao identificarem estas obras como conformadoras de valores e atitudes preconceituosas e, à semelhança dos livros didáticos em geral, diretivas da ação do professor.

Höfling (1987) em análise sobre a questão da cidadania nos livros didáticos de Estudos Sociais, entre os quais situam-se os de Geografia, alerta para a pequena ou nula contribuição no preparo para o exercício da cidadania em disciplinas onde a tônica deveria ser neste sentido. Para ela, estes livros encaminham para a discussão, interpretação e sugestões de interferência nos rumos da sociedade. Em geral os livros didáticos de Estudos Sociais desencorajam, pelo modelo metodológico das atividades propostas: ênfase na solicitação de respostas que são meras repetições do texto (assinalar resposta correta, relacionar colunas, fazer palavras cruzadas, responder questionários), e praticamente nunca solicitam do aluno posição frente às questões abordadas.

Se nos últimos anos tem ocorrido significativa melhoria gráfica, concorrendo o livro nacional neste aspecto com o estrangeiro, ainda é restrita a preocupação com a reformulação dos conteúdos selecionados e, sobretudo, com sua abordagem. No entanto, as críticas têm apontado no sentido da transformação e melhoria do livro didático e, muito raramente, no de sua abolição ou extinção, através da substituição por recursos alternativos para o ensino de Geografia de forma permanente.

#### Referências bibliográficas gerais sobre o livro didático.

BONAZZI, M. e Eco, U. Mentiras que parecem verdades. Summus Ed. São Paulo, 1972.

FREITAG, B. e outros. O estado da arte do livro didático no Brasil. REDUC/INEP, Brasília, 1987.

HÖFLING, E.M. O livro didático de Estudos Sociais e a concepção de cidadania. MEC - Em aberto - Ano VI, nº 35 - julho/set 87. Brasília, 1998.

LAJOLO, M. O livro didático: velho tema revisitado. MEC - Em aberto - Ano VI, nº 35 - julho-set 87. Brasília, 1987.

OLIVEIRA, J.B. et alii. A política do livro didático. Summus Ed. São Paulo, 1984.

#### Sugestão de leituras sobre o livro didático de Geografia.

CARVALHO, M.B. A Natureza na Geografia do Ensino Médio. In: Terra Livre nº 1 - AGB - 1986. São Paulo.

CASTROGIOVANNI, A.C. e GOULART, L.B. A questão do livro didático em Geografia: elementos para uma análise. UFRGS - Cadernos do Aplicação - vol. 2 - nº 2. Porto Alegre, 1987.

FERREIRA, D.A.C. Livro Didático. In: Textos de Apoio dos Grupos de Trabalho do 1º Encontro Nacional de Ensino de Geografia - AGB - Brasília - 21 a 24 de julho de 1987. Brasília.

POLENZ, Marisa. A Geografia do Livro Didático. In: Boletim Gaúcho de Geografia nº 15 - AGB-PA - agosto/1987 - Porto Alegre.

PONTUSCHKA, N.N. Análise dos Planos de Ensino da Geografia. In: Terra Livre nº 2 - AGB/Marco Zero - julho/1987 - São Paulo.

REZENDE, M.S. A Geografia do Aluno Trabalhador. Loyola, São Paulo, 1986.

SANTOS, M.D. & SANN, G. A Cartografia do Livro Didático de Geografia. In: Anais do 4º Congresso Brasileiro de Geógrafos-AGB 1982 - São Paulo - livro 2 - volume 1.

VESENTINI, J.W. O Livro Didático de Geografia para o 2º Grau: Algumas Observações Críticas. In: Anais do 5º Encontro Nacional de Geógrafos - AGB-PA - 1982 - Porto Alegre.

VLACH, V.R.F. Fragmentos para uma Discussão: Método e Conteúdo no Ensino de 1º e 2º Graus. In: Terra Livre nº 2. AGB - Marco Zero - julho/1987 - São Paulo.

\_\_\_\_\_ : Algumas Reflexões Atinentes ao Livro Didático de Geografia do 1º Grau.

\_\_\_\_\_ . A Propósito da Ideologia do Nacionalismo Patriótico do Discurso Geográfico. In: Anais do 4º Congresso Brasileiro de Geógrafos - AGB - 1982 - São Paulo - Vol. 1 - livro 2.